



PRIMEIRO MINISTRO

-12-

Nesse sentido, procurou-se fazer respeitar a lei e a ordem, ao mesmo tempo que se tomavam medidas tendentes ao reforço da democracia participativa, que consideramos condição sine qua non do processo de desenvolvimento e expressão de confiança entre o povo e o Estado. A Lei de Imprensa, já aprovada, e o projecto de Lei de Administração Municipal são disso exemplo, bem como acções de estímulo ao diálogo e à participação realizadas no ano transacto. O associativismo é objecto de um diploma em preparação.

Vivemos uma etapa do processo de desenvolvimento que exige mentalidade e valores novos. Até agora foi preocupação mitigar injustiças e misérias, elevando o nível das prestações sociais, favorecendo a redistribuição de rendimentos, enfrentando urgências, criando condições mínimas de existência. Nessa primeira etapa o Estado foi, e tinha de o ser, bastante paternalista, assumindo o essencial da carga e dos custos do processo. A nova etapa deve, porém, ser marcada por um alargamento da base produtiva, o que impõe novas preocupações, e exige novos métodos e nova distribuição de responsabilidades.

A sociedade tem que se assumir progressivamente como responsável pelo seu próprio bem-estar, poupando para investir e para produzir. É preciso combater frontalmente as diversas alienações que a situação anterior favorecia: uma delas, decorrente da extrema dependência externa, fazia com que se ignorasse a origem dos bens e dos serviços, se desconhecesse o processo de

.../



produção, fazendo ressaltar unicamente a posição de intermediário ou de consumidor. As preocupações não se voltavam para a própria produção da riqueza nem, na maioria dos casos, para o custo das coisas que se consumia ou dos serviços de que se beneficiava. Essa é uma situação que não pode persistir. Importa que nos conscientizemos de que o bem-estar é fruto do trabalho produtivo e que produzir, poupar e investir constituem o desafio da presente etapa, desafio que tem de ser encarado com coragem e criatividade, tirando-se o maior proveito dos meios escassos de que dispomos.

Outra questão é a decorrente da própria postura da elite social que lidera o processo. Por um lado, essa elite tem propensão para assumir sozinha a responsabilidade pelo bem-estar colectivo, atitude que pode estimular um espírito distributivo e amolecer a responsabilidade cívica. Por outro lado, também descuida a importância dos aspectos produtivos, agindo, o mais das vezes, de forma pouco adequada às realidades e objectivos do desenvolvimento económico.

O desenvolvimento exige compreensão e assumpção plena das imposições do processo produtivo. Não podemos pretender ter uma economia sadia e ao mesmo tempo fortalecer factores de dependência. Não podemos aspirar ao progresso económico e, ao mesmo tempo, estimular uma política de distribuição e consumo do que não produzimos.



O desenvolvimento tem custos que todos temos de suportar.
O Governo, consciente dessa realidade, tem procurado tomar progressivamente medidas de estímulo do processo produtivo. Para tal, tem-se esforçado por organizar-se da forma mais racional possível. Os trabalhos de planeamento e organização realizados no decurso de 1986 enquadram-se nesse esforço de racionalização.

Os trabalhos de elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento constituíram ^{effectivamente} uma das actividades mais importantes do Executivo, no decurso do ano transacto. Foi um esforço ingente pela urgência e pelas grandes carências em infraestruturas e recursos humanos, mas de grande valor, não só pelos resultados em si mesmos, como também pelos ensinamentos obtidos.

A metodologia adoptada permitiu a participação activa de várias dezenas de quadros nacionais no diagnóstico da situação dos sectores, no levantamento e análise das medidas e na elaboração de propostas e de projectos. Além disso, permitiu ao Governo um debate franco e profundo, tanto internamente como na ANP, sobre a situação do país, a estratégia de desenvolvimento nacional, suas etapas e constrangimentos.

A aprovação do II Plano constituiu um elemento importante para a acção governativa, fornecendo-lhe parâmetros seguros e medidas concretas para os mais distintos sectores. Foi ainda um passo importante na consagração do planeamento como método de funcionamento da Administração.



Grande parte dos trabalhos dos Ministérios em 1986 foi, assim, dedicado às tarefas de planeamento. Pouco a pouco, reformam-se as estruturas e aprimoram-se as técnicas e os métodos de planificação. ^{Estamos convencidos} de que, dada a parcimónia dos recursos disponíveis e o grande volume de urgências que enche o dia-a-dia da acção do Executivo, um melhor conhecimento dos meios e dos sectores, bem como das suas relações e interdependências é essencial para a boa condução do processo de desenvolvimento.

Um dos aspectos mais importantes desse processo é a apreciação correcta das decisões a curto, a médio e a longo prazos; seja no tocante às acções a realizar, seja no que respeita à sua avaliação. A limitação dos recursos e situações urgentes empurram nos, muitas vezes, para acções sectoriais ou de efeito imediato, prejudicando o trabalho global, duradouro e de efeito multiplicador.

Outras vezes, somos forçados a tomar medidas que prejudicam o horizonte imediato para salvaguardar a segurança do processo. Vivezmos o dilema da afectação dos recursos entre a evidência das necessidades imediatas e imperativos a longo prazo. Por outro lado, somos também forçados a optar por acções sectoriais que, no imediato, podem parecer incorrectas, em si, mas que se vistos como contribuição para o estabelecimento a médio prazo de uma estrutura coerente e forte, justificam-se plenamente.